ANO V V. 117

LEGIS SEMAS

BOLETIM DE INFORMAÇÕES LEGISLATIVAS

28/02/2024 A 19/03/2024





APRESENTAÇÃO

O Legis Semas é um projeto de comunicação social de iniciativa do Núcleo de Estudos Legislativos (NEL) da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará (SEMAS), que tem a responsabilidade institucional de divulgar, periodicamente, as mais recentes e relevantes normas publicadas e alteradas no trato das matérias ambientais, administrativas e outras de interesse da Secretaria, com o objetivo de fornecer maior visibilidade e acesso às informações legislativas de âmbito estadual e federal. Além disto, visa comunicar cursos, seminários e eventos que estão ocorrendo no período de cada edição e, ainda, indicar e-books, filmes, documentários, livros e outras publicações disponíveis, sempre de forma gratuita, em busca da transmissão de conhecimentos e acesso à informação, alinhado ao objetivo 16, dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU).

SOBRE O NEL

O Núcleo de Estudos Legislativos (NEL) é responsável por desenvolver pesquisa para analisar e/ou elaborar minutas de normas a fim de subsidiar a atuação da SEMAS, do Conselho Estadual de Meio Ambiente e do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, inserir e atualizar as normas no endereço eletrônico da SEMAS, emitir manifestação técnica legislativa dos atos normativos da SEMAS e de outros órgãos da administração direta e indireta, atender o público interno e externo sobre demandas legislativas, revisar atos normativos de competência da SEMAS e divulgar as mais recentes e relevantes normas publicadas, além de alterações legislativas ambientais e administrativas por meio de informativo periódico.



Este informativo está alinhado com os objetivos de desenvolvimento sustentável da ONU, bem como forma de promover o acesso público a informação.

PAZ, JUSTIÇA E
INSTITUIÇÕES EFICAZES

INFORMATIVO DESENVOLVIDO PELO NÚCLEO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS DA SEMAS

A equipe do NEL é composta pelos seguintes servidores:
Luiza Rosa Mesquita - Procuradora do Estado e Coordenadora;
Rebeca Monteiro Reitz - Consultora jurídica;
Camila Oliveira N. Veloso - Técnica em Gestão Pública/Administração;
Daniela da Silva e Silva - Técnico em Gestão de Meio Ambiente/Pedagoga;
Kellyn Caroline Pacheco Corrêa - Assistente Admistrativa;
Abraão Lucio Feitosa Amaral - Estagiário de Direito; e
Maria Luiza Vianna Ferreira - Estagiária de Direito

PERIODICIDADE: QUINZENAL

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade do NEL/SEMAS-PA.

Revisão: Luiza Mesquita e Camila Veloso
Projeto Visual e Diagramação: NEL/SEMAS
Fotos: Agência Pará
Apoio: ASCOM/SEMAS; Biblioteca/SEMAS

TERMOS DE USO

Este informativo pode ser compartilhada e citada, na íntegra ou em partes, desde que creditada apropriadamente.

CONTATO

Email: nel@semas.pa.gov.br
www.semas.pa.gov.br
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade
Travessa Lomas Valentinas, nº 2717, CEP: 66093-677. Belém/Pará

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE
GOVERNO DO PARÁ

ÍNDICE

CARTA AO LEITOR	04
NORMAS FEDERAIS	06
NORMAS ESTADUAIS	12
NORMAS MUNICIPAIS	16
NORMA EM DESTAQUE	17
INFORME LEGISLATIVO	20
FIQUE DE OLHO	21
ESTANTE VIRTUAL	23
SEMAS NA MÍDIA	24



ATUALIZADO EM 19/03/2024

NÚCLEO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS
SEMAS - PA

CARTA AO LEITOR

Nesta edição 117º do LEGIS SEMAS, destaca-se, em âmbito federal, a publicação do **DECRETO Nº 11.932, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2024**, que dispõe sobre a Comissão Nacional de Combate à Desertificação, bem como a **RESOLUÇÃO CONAVEG Nº 1, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2024**, que cria a Câmara Consultiva Temática sobre economia da recuperação da vegetação nativa.

No que se refere às publicações em âmbito estadual, ressalta-se a **INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 02/2024 – IDEFLOR-Bio**, que dispõe sobre os procedimentos administrativos para criação, alteração e recategorização de Unidades de Conservação da Natureza estaduais, a **PORTARIA SEMAS Nº 288, DE 28 FEVEREIRO DE 2024**, que homologa o Acordo de Pesca firmado por comunidades tradicionais localizadas no município de Cametá, no estado do Pará, e a **PORTARIA SEMAS Nº 457, 15 DE MARÇO DE 2024**, que homologa o Acordo de Pesca firmado pelas comunidades do rio Cachoery e Boto, localizadas no município de Oriximiná, no estado do Pará.

No município, o destaque foi a publicação do **DECRETO N° 109.880, DE 12 DE MARÇO DE 2024**, que dispõe sobre a circulação intermunicipal de pescado no Município de Belém, no período de 16 de março, às 16h00, a 29 de março de 2024, às 06h00, e dá outras providências.

Outra ferramenta utilizada neste processo de acesso à informação, pelo Núcleo de Estudos Legislativos da SEMAS, é o "Informe Legislativo", que no período desta edição, comunicou, a publicação de 4 normas ambientais editadas pelo NEL.

No "Fique de Olho", sugere-se o **MINICURSO: ELABORAÇÃO DE EMENTAS E INDEXAÇÃO DE PARECERES JURÍDICOS**, que ocorrerá no dia 25/03/2024 às 8h no auditório da Procuradoria Geral do Estado e será gratuito e hibrído.

Na “Estante Virtual”, recomenda-se a leitura da obra **DIREITO AMBIENTAL: REFLEXÕES E PERSPECTIVAS**, em que apresenta amplo debate e revisita alguns dos instrumentos da política de meio ambiente, os espaços protegidos, a valoração do dano ambiental, a educação ambiental, o patrimônio cultural subaquático e o ambiente urbano, além de uma abordagem jurisprudencial.

Na seção "SEMAS na Mídia", ressalta-se a matéria: **Governador do Pará defende carbono como nova commodity no Estado**, no qual o governador foi apresentar, aos possíveis compradores de créditos de carbono, o sistema jurisdicional de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação floresta.

Por fim, vale lembrar que o mês de março é marcado pela campanha **“Março Lilás”**, em alusão a prevenção e controle do câncer de colo do útero, no qual foi instituida pela **Lei nº 8.964, de 23 de dezembro de 2019,** com o propósito de conscientizar as mulheres e deixá-las mais atentas aos sintomas iniciais das doenças que, infelizmente, são líderes na ocorrência de câncer feminino no Pará. Tudo isso com o principal objetivo de estimular o autocuidado e fortalecer a saúde da mulher. Confira mais informações na biblioteca virtual de saúde, do Ministério da Saúde, acessando a área de tema: **Promoção da Saúde.**

Boa Leitura!

Equipe Nel



MONITORAMENTO DE PUBLICAÇÕES DO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

FONTE: HTTPS://WWW.IN.GOV.BR/LEITURAJORNAL

NORMAS FEDERAIS



MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.209, DE 12 DE MARÇO DE 2024. Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Justiça e Segurança Pública; do Meio Ambiente e Mudança do Clima; do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar; da Defesa; do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome; da Pesca e Aquicultura; dos Direitos Humanos e da Cidadania; e dos Povos Indígenas, no valor de R$ 1.062.231.956,00, para os fins que especifica.

DECRETO Nº 11.932, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2024. Dispõe sobre a Comissão Nacional de Combate à Desertificação.

DECRETO Nº 11.936, DE 5 DE MARÇO DE 2024. Dispõe sobre a composição da cesta básica de alimentos no âmbito da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e da Política Nacional de Abastecimento Alimentar.

DECRETO Nº 11.940, DE 7 DE MARÇO DE 2024. Altera o Decreto nº 10.375, de 26 de maio de 2020, que institui o Programa Nacional de Bioinsumos e o Conselho Estratégico do Programa Nacional de Bioinsumos.

DECRETO Nº 11.942, DE 12 DE MARÇO DE 2024. Promulga o Protocolo sobre privilégios e imunidades da Organização Europeia para a Pesquisa Nuclear, firmado em Genebra, em 18 de março de 2004.

DECRETO Nº 11.941, DE 12 DE MARÇO DE 2024. Dispõe sobre a celebração e a implementação de projetos de cooperação com organismos internacionais dos quais a República Federativa do Brasil seja membro para a preparação, a organização e a realização dos eventos e das atividades, inclusive logísticas, realizados no País e relacionados à presidência **pro tempore** do G20, da 30ª Conferência da Organização das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas e da XVII Cúpula do BRICS pela República Federativa do Brasil.

RESOLUÇÃO CD/INCRA Nº 2, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2024. Declara como de interesse social, para fins de criação de projeto de assentamento a área pública federal inserida na Gleba Bacajá, localizada no município de Anapú, no estado do Pará.

RESOLUÇÃO ANM Nº 150, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2024. Atualiza os valores dos emolumentos, da Taxa Anual por Hectare (TAH), das multas previstas na legislação minerária, das vistorias de fiscalização e dos demais serviços prestados pela Agência Nacional de Mineração - ANM, fixados através da Resolução ANM nº 132, de 28/02/2023.

RESOLUÇÃO CONAVEG Nº 1, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2024. Cria a Câmara Consultiva Temática sobre economia da recuperação da vegetação nativa.

NORMAS FEDERAIS



RESOLUÇÃO CONAVEG Nº 2, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2024. Cria a Câmara Consultiva Temática sobre inteligência espacial e monitoramento da recuperação da vegetação nativa.

RESOLUÇÃO CONAVEG Nº 3, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2024. Cria a Câmara Consultiva Temática sobre arranjos de implementação do Plano Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa - PLANAVEG.

RESOLUÇÃO MDHC Nº 244, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2024. Institui a Política Nacional de Formação Continuada para o Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA) e dá outras providências.

RESOLUÇÃO CGPNCPD Nº 2, DE 6 DE MARÇO DE 2024. Aprova o Regimento Interno do Comitê Gestor Interministerial do Programa Nacional de Conversão de Pastagens Degradadas em Sistemas de Produção Agropecuários e Florestais Sustentáveis.

RESOLUÇÃO CGPNCPD Nº 3, DE 6 DE MARÇO DE 2024. Institui Grupo Técnico de Trabalho Financeiro e de Investimentos no âmbito do Comitê Gestor Interministerial do Programa Nacional de Conversão de Pastagens Degradadas em Sistemas de Produção Agropecuários e Florestais Sustentáveis, com a finalidade de elaborar um Plano de Trabalho para a gestão e execução financeira do referido Programa.

RESOLUÇÃO CGPNCPD Nº 4, DE 6 DE MARÇO DE 2024. Institui Grupo Técnico de Tecnologia e Conhecimento no âmbito do Comitê Gestor Interministerial do Programa Nacional de Conversão de Pastagens Degradadas em Sistemas de Produção Agropecuários e Florestais Sustentáveis, com a finalidade de elaborar um Plano de Trabalho para a implementação e gestão técnica do referido Programa.

RESOLUÇÃO CGPNCPD Nº 5, DE 6 DE MARÇO DE 2024. Institui Grupo Técnico de Comunicação no âmbito do Comitê Gestor Interministerial do Programa Nacional de Conversão de Pastagens Degradadas em Sistemas de Produção Agropecuários e Florestais Sustentáveis, com a finalidade de elaborar um Plano de Comunicação do referido Programa.

RESOLUÇÃO MDS Nº 2, DE 8 DE MARÇO DE 2024. Formaliza a adesão de Municípios ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

RESOLUÇÃO Nº 1/CCA-IMO, DE 13 DE MARÇO DE 2024. Aprova a atualização do Regimento Interno da Comissão Coordenadora para os Assuntos da Organização Marítima Internacional (CCA-IMO).

NORMAS FEDERAIS



INSTRUÇÃO NORMATIVA SESAN/MDS Nº 36, DE 8 DE MARÇO DE 2024. Atualiza a especificação do modelo da tecnologia social de acesso à água nº 11: sistema de tratamento e reuso de água domiciliar, nos termos do art. 15 da Lei nº 12.873, de 24 de outubro de 2013.

PORTARIA SPA/MAPA Nº 6, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2024. Aprova o Zoneamento Agrícola de Risco Climático - ZARC para a cultura do café canéfora em sistema de cultivo irrigado no Distrito Federal e nos estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Bahia, Maranhão, Piauí, Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo e Paraná.

PORTARIA SPA/MAPA Nº 7, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2024. Aprova o Zoneamento Agrícola de Risco Climático - ZARC para a cultura do café canéfora, em sistema de cultivo de sequeiro, no Distrito Federal e nos estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Bahia, Maranhão, Piauí, Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo e Paraná.

PORTARIA MCID Nº 175, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2024. Aprova o Regimento interno e convoca a 6ª Conferência Nacional das Cidades.

PORTARIA GM/MDIC Nº 33, DE 1º DE MARÇO DE 2024. Institui Grupo de Trabalho para elaboração de Proposta de Plano Setorial de Adaptação à Mudança do Clima - Setor Indústria, no âmbito do Ministério de Desenvolvimento da Indústria, Comércio e Serviços.

PORTARIA GM/MMA Nº 1.002, DE 1º DE MARÇO DE 2024. Institui Grupo de Trabalho para planejar e subsidiar a participação do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, e suas entidades vinculadas, nos grupos de trabalho e iniciativas do G20 relacionados ao meio ambiente e desenvolvimento sustentável.

PORTARIA MMULHERES Nº 36, DE 1º DE MARÇO DE 2024. Fica instituído, no âmbito do Ministério das Mulheres, o Fórum para a Promoção de Estratégias de Fortalecimento de políticas públicas de autonomia econômica e cuidado com mulheres da pesca, aquicultura artesanal e marisqueiras.

PORTARIA NORMATIVA MDA Nº 2, DE 4 DE MARÇO DE 2024. Dispõe sobre os critérios e procedimentos referentes à implantação de projetos de fomento à agroindustrialização, à comercialização, à agroecologia e às atividades pluriativas solidárias em áreas de reforma agrária, territórios quilombolas, e outras áreas de povos e comunidades tradicionais reconhecidos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra - Programa Terra Sol.

NORMAS FEDERAIS



PORTARIA MIDR Nº 772, DE 5 DE MARÇO DE 2024. Autoriza o empenho e a transferência de recursos ao Município de Breu Branco - PA para execução de ações de Defesa Civil.

PORTARIA GM/MMA Nº 1.011, DE 11 DE MARÇO DE 2024. Regulamenta o §2º do Art. 24 do Decreto nº 11.413, de 13 de fevereiro de 2023, estabelecendo o modelo padrão do relatório anual de resultados, no âmbito dos sistemas de logística reversa de que trata o art. 33 da Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010.

PORTARIA GM/MMA Nº 1.012, DE 11 DE MARÇO DE 2024. Institui o Planejamento Estratégico do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima 2024-2027.

PORTARIA MMA Nº 1.010, DE 8 DE MARÇO DE 2024. Institui o Grupo de Trabalho com a finalidade de propor a instituição do Comitê Permanente de Gênero, Raça, Diversidade e Inclusão.

PORTARIA MPA Nº 206, DE 11 DE MARÇO DE 2024. Tornar pública a relação das inscrições indeferidas e a relação preliminar das embarcações de pesca habilitadas e não habilitadas no Edital de Seleção nº 01, de 23 de janeiro de 2024 do Ministério da Pesca e Aquicultura para obtenção da autorização de pesca especial temporária para captura da tainha (Mugil liza) ano 2024.

PORTARIA MIDR Nº 843, DE 13 DE MARÇO DE 2024. Reconhece a situação de emergência nas áreas descritas no Formulário de Informações do Desastre - FIDE.

PORTARIA NORMATIVA Nº 72/GM/MME, DE 13 DE MARÇO DE 2024. Estabelece diretrizes e orientações sobre o mapeamento geológico básico e levantamento de recursos minerais, e institui o Plano Decenal de Mapeamento Geológico Básico e Levantamento de Recursos Minerais - PlanGeo.

PORTARIA IBAMA Nº 27, DE 11 DE MARÇO DE 2024. Delega competência aos Superintendentes Estaduais do Ibama e dá outras providências.

PORTARIA ICMBIO Nº 679, DE 12 DE MARÇO DE 2024. Aprova o perfil de família beneficiária da Reserva Extrativista Verde para Sempre (processo SEI nº 02121.001211/2019-37).

PORTARIA ICMBIO Nº 806, DE 13 DE MARÇO DE 2024. Aprova o Perfil de Família Beneficiária da Reserva de Desenvolvimento Sustentável - RDS de Itatupã-Baquiá (processo nº 02070.001921/2014-03).

PORTARIA MIDR Nº 879, DE 14 DE MARÇO DE 2024. Reconhece a situação de emergência nas áreas descritas no Formulário de Informações do Desastre - FIDE.

NORMAS FEDERAIS



PORTARIA GM/MMA Nº 1.015, DE 15 DE MARÇO DE 2024. Institui o Comitê Técnico para apoio na elaboração, monitoramento, avaliação e atualização dos Planos de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento - Comitê-PPCD.

PORTARIA CONJUNTA Nº 2, DE 15 DE MARÇO DE 2024. Dispõe sobre o planejamento administrativo das ações civis públicas a serem ajuizadas em nome do Ibama visando à apuração da responsabilidade civil decorrente de infrações ambientais apuradas no âmbito de ações de fiscalização ambiental da autarquia.

39 ATOS ATOS NORMATIVOS FEDERAIS DE RELEVÂNCIA AMBIENTAL E DE INTERESSE DA SEMAS



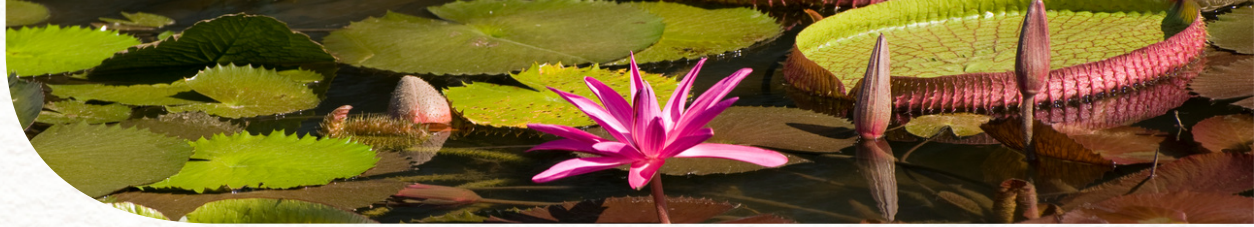
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade
Travessa Lomas Valentinas, nº 2717, CEP: 66093-677. Belém/Pará



MONITORAMENTO DE PUBLICAÇÕES DO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO

FONTE: HTTPS://WWW.IOEPA.COM.BR

NORMAS ESTADUAIS



LEI Nº 10.407, DE 8 DE MARÇO DE 2024. Declara como patrimônio cultural de natureza imaterial do Estado do Pará, a Praia do Pedral, no Município de São Félix do Xingu.

LEI Nº 10.409, DE 11 DE MARÇO DE 2024. Proíbe a doação ou venda de animais domésticos para quem praticou crime de violência ou maus tratos, no âmbito do Estado do Pará.

DECRETO Nº 3.755, DE 8 DE MARÇO DE 2024. Dispõe sobre medidas administrativas a serem adotadas com vistas a garantir o abastecimento de pescado no mercado interno, no período de 14 a 28 de março de 2024.

DECRETO Nº 3.756, DE 8 DE MARÇO DE 2024. Homologa o Decreto Municipal nº 37/2024 GP/PMPD/PA, de 01 de fevereiro de 2024, editado pela Prefeita Municipal de Pau D'Arco, em exercício, que declara "situação de emergência", em virtude de Alagamento nas áreas daquele Município.

DECRETO DE 14 DE MARÇO DE 2024. Altera o Decreto Estadual de 14 de junho de 2023, que institui o Comitê Estadual para a 30º Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima.

DECRETO Nº 3.777, DE 15 DE MARÇO DE 2024. Homologa o Decreto nº 008/2023 - GPM/BA, de 29 de janeiro de 2024, editado pela Prefeita Municipal de Bannach, que declara "situação de emergência", em virtude de enxurrada nas áreas daquele Município.

DECRETO Nº 3.778, DE 15 DE MARÇO DE 2024. Homologa o Decreto nº 010/2024-GPMSAGA, de 20 de fevereiro de 2024, editado pelo Prefeito Municipal de São Geraldo do Araguaia, que declara "situação de emergência", em virtude de chuvas intensas, nas áreas daquele Município.

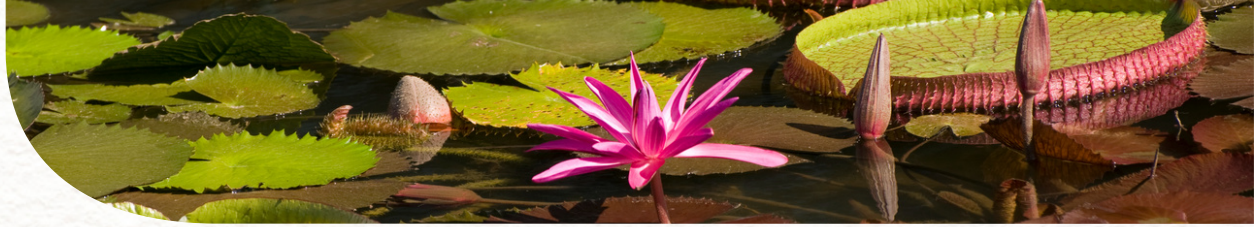
DECRETO Nº 3.779, DE 15 DE MARÇO DE 2024. Homologa o Decreto Municipal nº. 111, de 04 de março de 2024, editado pelo Prefeito Municipal de Paragominas, que declara "situação de emergência", em virtude de chuvas intensas nas áreas naquele Município.

DECRETO Nº 3.780, DE 15 DE MARÇO DE 2024. Homologa o Decreto Municipal nº 453/2024, de 04 de março de 2024, editado pelo Prefeito Municipal de Ipixuna, que declara "situação de emergência", em virtude de chuvas intensas, nas áreas daquele Município.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 02/2024 – IDEFLOR-Bio. Dispõe sobre os procedimentos administrativos para criação, alteração e recategorização de Unidades de Conservação da Natureza estaduais.

PORTARIA SEMAS Nº 288, DE 28 FEVEREIRO DE 2024. Homologa o Acordo de Pesca firmado por comunidades tradicionais localizadas no município de Cametá, no estado do Pará.

NORMAS ESTADUAIS



PORTARIA SEMAS Nº 0291/2024-GAB/SEMAS. Torna público o resultado definitivo das metas institucionais da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade – SEMAS, referente ao 16º ciclo de Avaliação da GDGA.

PORTARIA SEMAS Nº 319 , DE 01 MARÇO DE 2024. Fica instituída a Comissão Gestora do Processo Seletivo Simplificado - PSS 01/2024, no âmbito da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará (SEMAS/PA).

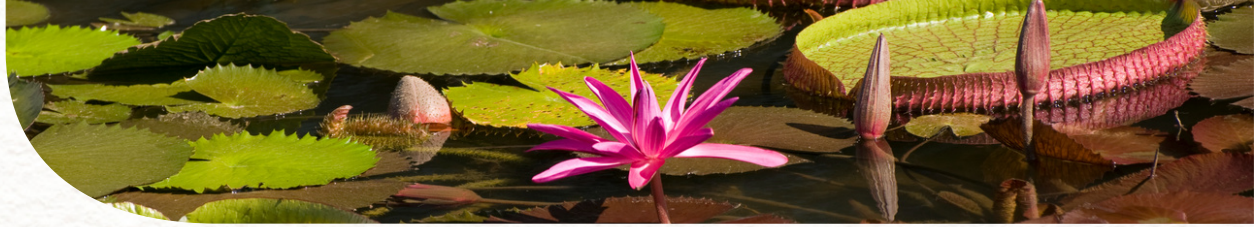
PORTARIA SEMAS Nº 342, DE 05 DE MARÇO DE 2024. Ficam designados servidores para compor a Comissão de implementação do Processo Administrativo Eletrônico 4.0 (PAE 4.0), no âmbito da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS).

PORTARIA IDEFLOR-Bio Nº 152 , de 13 de março de 2024. Estabelece a Comissão Mista de Acompanhamento (CMA) para monitoramento da execução do recurso de Compensação Ambiental do empreendimento "Vale Projeto Mina N5 Sul – MN5S", assim denominada "CMA -MN5S".

PORTARIA SEMAS N°456, DE 15 DE MARÇO DE 2024. Institui a Política de Governança e Gestão das Contratações Públicas, no âmbito da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade do estado do Pará (SEMAS).

PORTARIA SEMAS Nº 457, 15 DE MARÇO DE 2024. Homologa o Acordo de Pesca firmado pelas comunidades do rio Cachoery e Boto, localizadas no município de Oriximiná, no estado do Pará.

NORMAS ESTADUAIS



17 ATOS NORMATIVOS DE RELEVÂNCIA AMBIENTAL E DE INTERESSE DA SEMAS



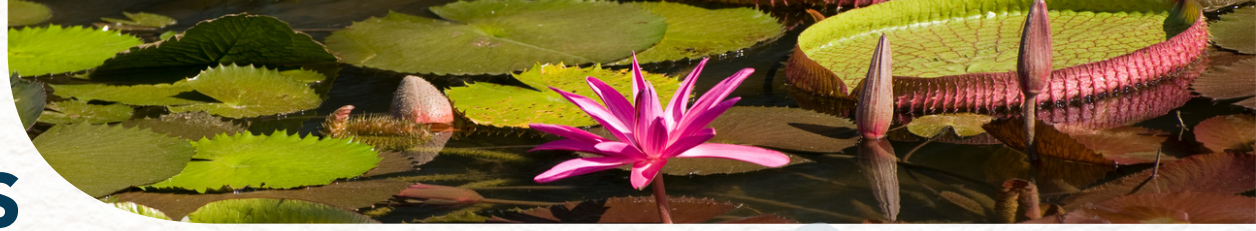
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade
Travessa Lomas Valentinas, 2717, CEP: 66093-677. Belém/Pará



MONITORAMENTO DE PUBLICAÇÕES DO DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

FONTE:
HTTPS://SISTEMAS.BELEM.PA.GOV.BR/DIARIO/PAINEL

NORMAS MUNICIPAIS



DECRETO Nº 109.880, DE 12 DE MARÇO DE 2024. Dispõe sobre a circulação intermunicipal de pescado no Município de Belém, no período de 16 de março, às 16h00, a 29 de março de 2024, às 06h00, e dá outras providências.

DECRETO Nº 109.879 - PMB, DE 12 DE MARÇO DE 2024. Regulamenta a Lei nº 9.871 de 12 de dezembro de 2022, estabelece procedimentos aplicáveis à implantação de infraestrutura de suporte para Estação Transmissora de Radiocomunicação – ETR no Município de Belém e dá outras providências.

02 ATOS NORMATIVOS MUNICIPAIS DE RELEVÂNCIA AMBIENTAL E DE INTERESSE DA SEMAS

DECRETOS

02

MONITORAMENTO LEGISLATIVO - NEL

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade
Travessa Lomas Valentinas, 2717, CEP: 66093-677. Belém/Pará

NORMA EM DESTAQUE

DECRETO Nº 11.932, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2024

Dispõe sobre a Comissão Nacional de Combate à Desertificação.

O QUE É A DESERTIFICAÇÃO?

De acordo com o Instituto Nacional do Semi-árido (INSA) a desertificação consiste "como um processo de degradação das terras que ocorre essencialmente nas áreas que se situam nas zonas áridas, semi-áridas e sub-úmidas secas (...)"

SOBRE A COMISSÃO

A Comissão Nacional de Combate à Desertificação - CNCD é um órgão de natureza deliberativa e consultiva, integrante da estrutura organizacional do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima.

ALGUMAS FINALIDADES E COMPETÊNCIAS DE DESTAQUE

FINALIDADES

- Promover a articulação da Política Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca com o planejamento em âmbito nacional, regional, estadual, distrital e municipal;
- Orientar, acompanhar e avaliar a implementação dos compromissos assumidos pelo País com a Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação; e
- Estabelecer estratégias de ações de Governo para o combate à desertificação e à degradação da terra e a mitigação dos efeitos da seca, com vistas ao desenvolvimento sustentável em todo o território nacional.

COMPETÊNCIAS

- Promover a integração das estratégias de erradicação da pobreza nos esforços de combate à desertificação e à degradação da terra e da mitigação dos efeitos da seca;
- Identificar a necessidade e propor a criação ou a modificação dos instrumentos necessários à plena execução dos princípios e das diretrizes da Política Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca; e
- Estimular a cooperação interinstitucional e internacional para a implementação dos princípios e das diretrizes da Política Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca e da Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação no País.

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade
Travessa Lomas Valentinas, 2717, CEP: 66093-677. Belém/Pará

NORMA EM DESTAQUE

DECRETO Nº 11.941, DE 12 DE MARÇO DE 2024

Dispõe sobre a celebração e a implementação de projetos de cooperação com organismos internacionais dos quais a República Federativa do Brasil seja membro para a preparação, a organização e a realização dos eventos e das atividades, inclusive logísticas, realizados no País e relacionados à presidência pro tempore do G20, da 30ª Conferência da Organização das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas e da XVII Cúpula do BRICS pela República Federativa do Brasil.

TRATA DE QUAIS ORGANISMOS INTERNACIONAIS?

I - do G20;
II - da 30ª Conferência da Organizaçã das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas - COP30; e
III - da XVII Cúpula do BRICS.

ELEMENTOS QUE DEVEM COMPOR OS PROJETOS DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

I - a descrição clara e precisa do objeto;
II - a indicação:
a) do órgão ou da entidade nacional coordenadora; e
b) do organismo internacional cooperante que executará o projeto;
III - as obrigações dos cooperantes;
IV - o detalhamento dos recursos financeiros previstos;
V - o período de vigência;
VI - as disposições sobre a programação financeira e a prestação de contas;
VII - a taxa de administração, limitada a dez por cento do valor dos recursos financeiros repassados pela União e que forem efetivamente executados no projeto, quando couber; e
VIII - as hipóteses de rescisão, suspensão e extinção.

É VEDADA EM QUALQUEL HIPÓTESE, A CONTRATAÇÃO DE:

I - servidores ativos de órgãos e entidades da administração pública federal, estadual, distrital ou municipal; e
II - empregados de subsidiárias e controladas dos órgãos e das entidades de que trata o inciso I.

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade
Travessa Lomas Valentinas, 2717, CEP: 66093-677. Belém/Pará



PRODUÇÕES DO NEL

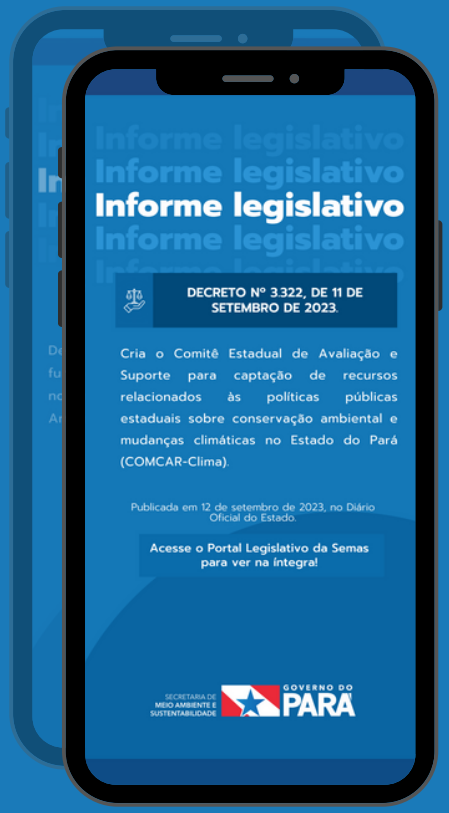
PORTAL LEGISLATIVO DA SEMAS

INFORME LEGISLATIVO

Normas editadas pelo Núcleo de Estudos Legislativos da SEMAS e publicadas no Diário Oficial do Estado do Pará.

PORTARIA SEMAS Nº 288, DE 28 FEVEREIRO DE 2024

Homologa o Acordo de Pesca firmado por comunidades tradicionais localizadas no município de Cametá, no estado do Pará.



PORTARIA SEMAS Nº 342, DE 05 DE MARÇO DE 2024

Ficam designados servidores para compor a Comissão de implementação do Processo Administrativo Eletrônico 4.0 (PAE 4.0), no âmbito da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS).

PORTARIA SEMAS Nº456, DE 15 DE MARÇO DE 2024

Institui a Política de Governança e Gestão das Contratações Públicas, no âmbito da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade do estado do Pará (SEMAS).

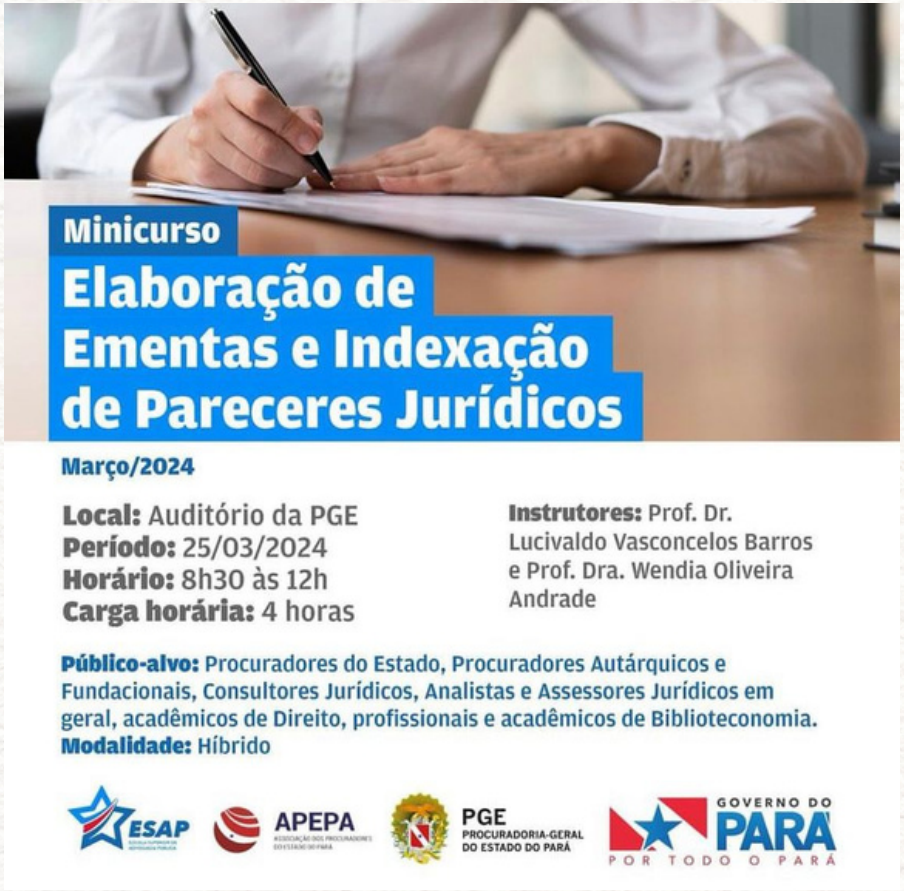
PORTARIA SEMAS Nº 457, 15 DE MARÇO DE 2024

Homologa o Acordo de Pesca firmado pelas comunidades do rio Cachoery e Boto, localizadas no município de Oriximiná, no estado do Pará

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade
Travessa Lomas Valentinas, 2717, CEP: 66093-677. Belém/Pará

FIQUE DE OLHO

Confira as dicas de cursos, palestras, seminários, dentre outros eventos de relevância no âmbito ambiental e administrativo.



MINICURSO: ELABORAÇÃO DE EMENTAS E INDEXAÇÃO DE PARECERES JURÍDICOS

Minicurso **gratuito e híbrido** que será realizado das 8h até às 12h do dia 25/03/2024, no auditório da Procuradoria Geral do Estado.

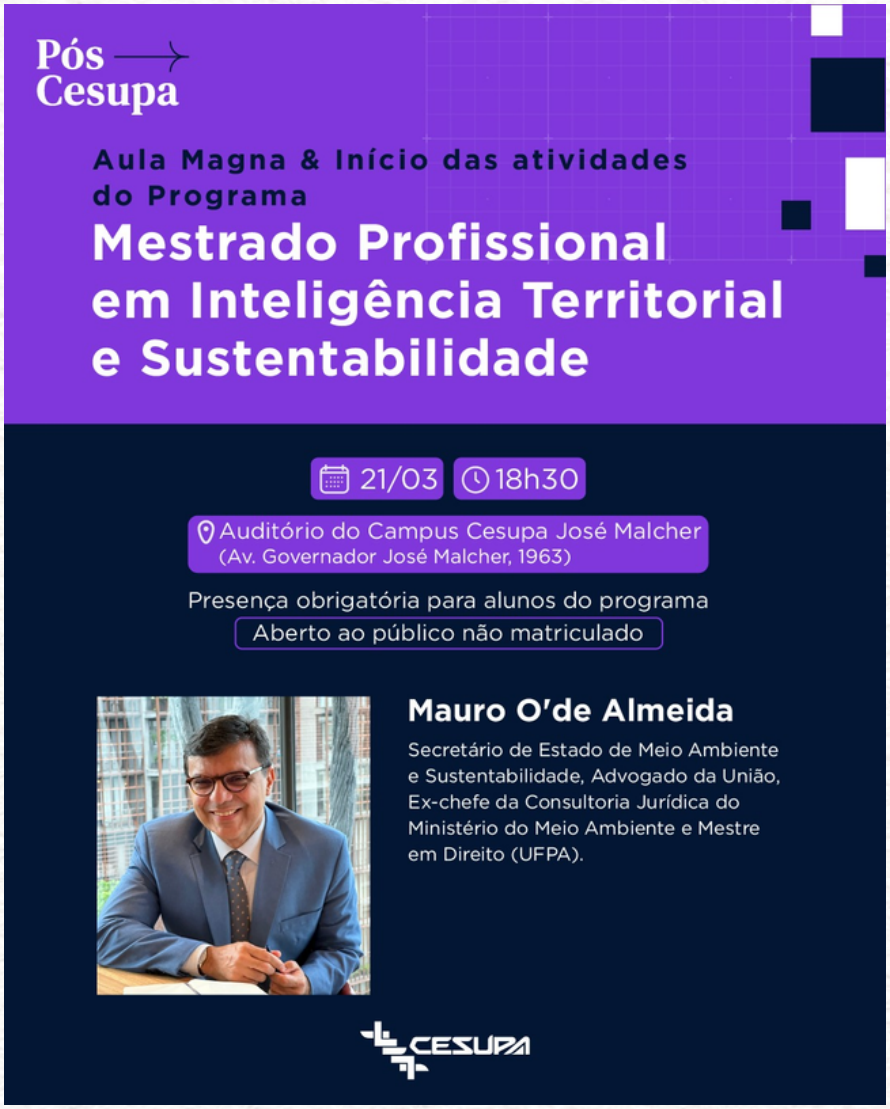
Atende ao público da área do Direito e da biblioteconomia

INSCRIÇÕES PARA O CURSO DISPONÍVEIS NO SITE DA PGE. PARA ACESSAR CLIQUE AQUI!

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade
Travessa Lomas Valentinas, 2717, CEP: 66093-677. Belém/Pará

FIQUE DE OLHO

Confira as dicas de cursos, palestras, seminários, dentre outros eventos de relevância no âmbito ambiental e administrativo.

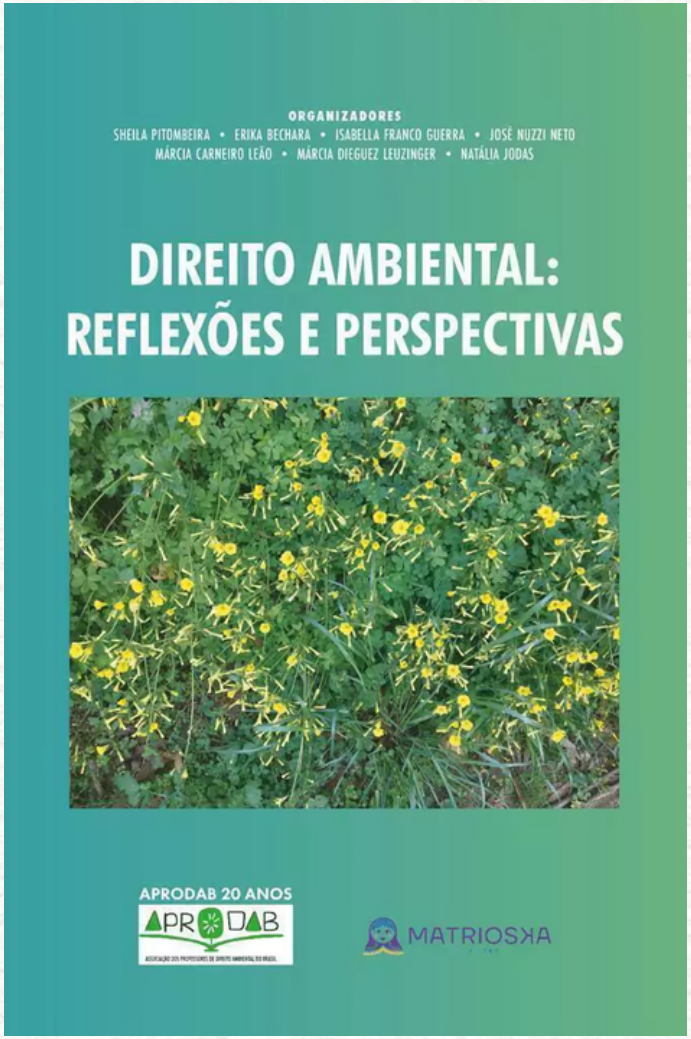


AULA MAGNA E INICIO DAS ATIVIDADES DO MESTRADO PROFISSIONAL EM INTELIGÊNCIA TERRITORIAL E SUSTENTABILIDADE

O Mestrado Profissional em Inteligência Territorial e Sustentabilidade (PPGITS), resulta da convergência, atuação em pesquisa e inserção social, em âmbito local e regional, do grupo de docentes que o compõem. Contextualiza-se na realidade complexa amazônica, campo fértil para formação acadêmica e profissional, com grande potencial de produção de conhecimentos, visando o desenvolvimento sustentável, em sintonia com a Agenda 2030 (COLGLAZIER, 2015) da ONU e seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS; https://brasil.un.org/pt-br/sdgs) no Brasil. Possui suporte institucional da Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do CESUPA, e conta com um conjunto de colaborações, locais, regionais, nacionais e internacionais estabelecidas ao longo da trajetória e atuação dos docentes e da IES, como descritos na seção Cooperação e Intercâmbios.

ESTANTE VIRTUAL

Confira as indicações de livros, documentários, e-books, de interesse dos servidores da SEMAS e da sociedade em geral.



DIREITO AMBIENTAL: REFLEXÕES E PERSPECTIVAS

Esta obra comemorativa aos 20 anos da APROBAD apresenta amplo debate e revisita alguns dos instrumentos da política de meio ambiente, os espaços protegidos, a valoração do dano ambiental, a educação ambiental, o patrimônio cultural subaquático e o ambiente urbano. Também faz uma abordagem jurisprudencial ambiental muito diversificada, com criteriosas análises sobre algumas questões ambientais analisadas pelo Supremo Tribunal Federal e aborda o delicado terreno dos incentivos fiscais em matéria ambiental e a perspectiva constitucional sobre o tributo ambiental.

Orgazinadores: Sheila Pitombeira, Erika Bechara, Isabella Franco Guerra, José Nuzzi Neto, Márcia Carneiro Leão, Márcia Dieguez Leuzinger, Natália Jodas.

CONFIRA AQUI!

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade
Travessa Lomas Valentinas, 2717, CEP: 66093-677. Belém/Pará

SEMAS NA MÍDIA

Confira as principais notícias e destaques da atuação da SEMAS.

Governador do Pará defende carbono como nova commodity no Estado

O objetivo do governador foi apresentar, aos possíveis compradores de créditos de carbono, o sistema jurisdicional de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação floresta

O governador do Pará, Helder Barbalho, participou de um webinar da Coalizão LEAF, iniciativa global para redução dos impactos das mudanças climáticas, durante o evento ele afirmou que quer transformar carbono em uma nova commodity. “Vamos gerar um novo portfólio dentro de uma atividade econômica, provocando com isso um envolvimento de toda a sociedade”, afirmou nesta terça-feira (12). A iniciativa global financia projetos de redução de emissões oriundas de desmatamento. O evento contou com a participação de John Kerry, Enviado Especial Adjunto para o Clima, do Departamento de Estado Norte-Americano, e do seu vice, Rick Duke.

O objetivo foi apresentar aos possíveis compradores de créditos de carbono o sistema jurisdicional de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação florestal (REDD+) do Pará, que está sendo estruturado para a geração de créditos de carbono de alta integridade no mercado voluntário, no caminho para a COP 30. Representantes de mais de 50 empresas participaram do evento.



Fonte: ASCOM/SEMAS

Também participaram da agenda a secretária de Estado dos Povos Indígenas, Puyr Tembé, o secretário de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará, Mauro O’ de Almeida, o secretário adjunto, Raul Protázio Romão, e a Diretora de Mudanças Climáticas da Semas, Renata Nobre.

Clique aqui e confira a materia na íntegra!

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade

Travessa Lomas Valentinas, 2717, CEP: 66093-677. Belém/Pará

SECRETARIA DE
MEIO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE

GOVERNO DO
PARÁ

Visite nosso site:
www.semas.pa.gov.br